PAUTA
Reunião de RELTs do SINESP
21/10/2025

SINDICATO DOS ESPECIALISTAS DE EDUCAÇÃO DO ENSINO PÚBLICO MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Reunião de Representantes dos Locais de Trabalho 21/Outubro/2025

SINESP

Conecte-se ao SINESP: www.sinesp.org.br sinespsp (11) 3116-8400

A. Palestra - Com Enrico Ribeiro - Tema: Reforma administrativa

Cientista Político e pós-graduando em gestão estratégica com foco em Resultados, tem mais de 14 anos de experiência no acompanhamento dos Poderes Executivo e Legislativo Federal, atuando no mapeamento, criação e implementação de estratégias junto às autoridades da República. Possui expertise na formulação de estratégias político-regimentais para atuação no Parlamento, na análise de cenários políticos e de risco político, além de artigos e pesquisas publicados.

SINESP na luta





SINESP em Audiência Pública contra a Reforma Administrativa (PEC 32/20), realizada na Câmara Municipal na quinta, 9/10

14/10 - SINESP participou, na Câmara dos deputados, de audiência pública contra a reforma administrativa, apresentação do parecer do relator para o PL 2614/24, do PNE 2024-2034, e de Homenagem ao Dia do Professor no Senado







No dia 16/10, a Presidente do SINESP, Norma Lúcia Andrade, participou da sessão solene na Câmara dos Deputados em homenagem ao Dia dos Professores



15/10, SINESP em manifestação em defesa da Educação Infantil em frente à SME



Dia 16/10, SINESP em Audiência Pública na Câmara Municipal sobre o PNE



B. Conjuntura

O cenário nacional é marcado pela abertura de negociações em torno da taxação imposta pelo governo Trump a produtos brasileiros. O tarifaço, utilizado como instrumento de pressão política diante dos julgamentos relacionados aos atos de 8 de janeiro de 2023, mostrou-se ineficaz e sofreu críticas de setores da economia estadunidense, que foram prejudicados com a falta dos produtos brasileiros no mercado.

A resistência e firmeza do governo brasileiro e os problemas de escassez de insumos industriais (como as terras raras) gerados nos EUA após a taxação contra a China, foram essenciais para a abertura de diálogo entre os dois países.

Paralelamente, o cenário político interno foi tensionado pela tentativa de setores conservadores, centrão, direita e de extrema direita de aprovar a PEC da Blindagem e a Anistia para os golpistas, acusados e condenados em julgamento pela tentativa de golpe de estado. A proposta provocou ampla reação popular e mobilizações em defesa da democracia, da soberania nacional e de pautas sociais como a isenção do Imposto de Renda para os mais pobres, a taxação dos super-ricos e a redução da jornada de trabalho.

A atitude resultou na rejeição popular e numa forte mobilização que culminou no ato nacional de 21 de setembro, em que o SINESP participou ativamente, para impedir a impunidade de parlamentares, para defender a democracia, a soberania nacional, a isenção de IR para os mais pobres, a taxação dos super-ricos e a redução da jornada de trabalho com o fim da escala 6X1.

Como consequência da mobilização popular, o Senado arquivou o projeto que dava aos parlamentares e presidentes de partidos o direito de não serem processados sem a aprovação do Legislativo. Já o Projeto de Lei da dosimetria, que propõe reduzir penas dos condenados pelos atos golpistas, perdeu força na Câmara dos Deputados e enfrenta resistências no Senado.

A pressão contrária aos deputados de direita foi tão forte que os levou a aprovar o projeto do governo de isenção de imposto de renda para salários até R$ 5 mil e redução para salários até R$ 7.350,00.

Foi um passo importante para a correção de injustiças, mas ainda há muito o que conquistar. A taxação das grandes fortunas, por exemplo, é uma necessidade para ampliar a arrecadação e gerar receitas para os investimentos na saúde, na educação, na moradia, no transporte público e outras áreas sociais fundamentais para o desenvolvimento do país, justiça social e equidade.

A disputa política é intensa e permanece aberta. A oposição, articulada em torno de governadores e parlamentares conservadores, tenta impor derrotas a projetos estratégicos do governo. Um exemplo recente foi a derrubada da medida provisória que previa taxação sobre fintechs, apostas eletrônicas e o IOF, o que retirou cerca de R$ 17 bilhões de potenciais recursos públicos destinados a programas sociais.

Outro ponto de disputa é a retomada da **Reforma Administrativa (PEC 32/2020)**, que altera a estrutura de pessoal da administração pública e traz mudanças destrutivas para o serviço público e as carreiras dos servidores, um verdadeiro desmonte do serviço público. Três deputados, um do centrão e 2 de extrema direita, componentes do Grupo de Trabalho que discutia o tema, apresentaram um relatório ainda mais destrutivo que o texto original sem discuti-lo com os demais membros do GT.

SINESP tem atuado firmemente contra a reforma administrativa, com intensa mobilização no Congresso Nacional, junto à Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público, e em todas os espaços constituídos para o fortalecimento desta luta. É preciso impedir que os ataques sem precedentes dessa reforma destruidora dos serviços públicos sejam aprovados.

Participamos, com dirigentes e filiados, de audiências na câmara dos deputados, na câmara municipal de São Paulo e participará, no dia 23/10, de seminário contra essa reforma na Assembleia Legislativa, ALESP, e da Marcha da Classe Trabalhadora contra a reforma administrativa, no dia 29 de outubro, em Brasília.

O próximo período exigirá unidade da categoria diante da ofensiva que ameaça direitos, carreiras e o futuro dos serviços públicos. O Sindicato reforça a necessidade de engajamento de todos os profissionais na luta por uma administração pública forte, democrática e a serviço da população.

Use o QR-Code para ler sobre a tentativa da direita de retomar essa pauta e a luta do SINESP.

A resistência em São Paulo

A luta contra o afastamento arbitrário e ilegal de 25 diretores e diretoras, sob falsas alegações de baixo desempenho à frente de suas unidades educacionais, contra a formação absurda imposta a eles que sequer acontece, e contra todas as demais medidas relacionadas à implementação de políticas privatista e ao desmonte da educação pública em São Paulo está no centro das preocupações do Sindicato.
O SINESP leva essa luta a todos espaços em que atua e às ruas. E chama toda a categoria a estar junta na resistência à política do prefeito de entregar serviços públicos à iniciativa privada, precarizar condições de trabalho e piorar a qualidade dos serviços ofertados à população.

Agenda da luta contra a reforma administrativa

23/10- Seminário contra a reforma administrativa na Assembleia Legislativa, ALESP
29/10 - Marcha da Classe Trabalhadora contra a reforma administrativa (PEC 32/2020) - Brasília

C. Ataques da administração municipal e sucateamento da educação

1-Educação Infantil

O SINESP participou, no dia 15/10, de ato realizado em frente à SME contra o fechamento de salas de educação infantil na rede direta e a oferta de matrículas na rede conveniada (terceirizada).

O aumento da terceirização, por meio do desvio de recursos públicos para a rede privada na educação infantil, grande parte em condições prediais precárias, representa problemas para crianças, responsáveis, trabalhadores e para a sociedade.

O que deveria ser uma solução provisória para a falta de vagas na rede direta se mostrou um negócio lucrativo, que afeta os direitos de bebês e crianças por acesso a espaços adequados para desenvolvimento pleno e as vivências das infâncias.

O SINESP luta contra essa conduta da prefeitura, que faz parte do projeto de desmonte da educação pública estatal, atacada sem precedentes pela PMSP.

2-Fechamento de turmas da Educação de Jovens e Adultos (EJA)

O SINESP tem exigido medidas da prefeitura que garantam o direito da população à educação nessa modalidade.

Além das cobranças feitas nas reuniões com a SME, o SINESP enviou ofício ao secretário de Educação, no dia 26/9/2025, exigindo o cumprimento de meta estabelecida no Plano Nacional de Educação sobre o fortalecimento e a garantia de vagas na EJA, respeito ao cadastro de estudantes feitos pelas UEs, planejamento sobre a quantidade de turmas que devem ser abertas, aprovado pelos conselhos de escola, garantia a abertura de turmas e realização do chamamento público para o cadastro da demanda e a criação de novas vagas.

A SME fez, recentemente, material de divulgação sobre a EJA que não dialoga com a população e não atinge resultados, pois não tem distribuição ampla e não chega ao público alvo.

3-SINESP repudia selo e imposições da IN 43

Essa IN determina que gestores e professores devem "garantir" a participação dos estudantes nas provas do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) em troca do Selo Juntos Pela Aprendizagem. E define o "dia de recomposição das aprendizagens e intensivão", em 18/10/25, trocando no calendário esse dia pelo dia letivo 19/12/25.

Mais uma vez o que vem da SME é imposição e arbitrariedade. O selo e o intensivão sugerem que a falta de engajamento e a performance dos estudantes nessas provas são problema exclusivo das equipes escolares. Ignora propositadamente todas as questões e relações envolvidas, sobretudo as resultantes das políticas públicas e das ações do governo e da SME. O mesmo procedimento do afastamento dos diretores para "curso" e da ameaça de perda de lotação.

O SINESP é contra qualquer tipo de ranqueamento na educação e demais serviços públicos. Essa e outras medidas adotadas pela prefeitura visam a dar suporte ao projeto de terceirização e privatização, desmonte das carreiras e do serviço público estatal na educação municipal. Vai no mesmo sentido da política do governo do estado, que criou a classificação das escolas em "ouro, prata e diamante".

O Sindicato e a categoria estão na luta contra a reforma administrativa, e essa ação privatista do prefeito e da SME é um motivo a mais para lutar contra a tentativa de retomar a tramitação da PEC 32/20 no Congresso Nacional, ainda mais destrutiva com as alterações contidas no relatório de três deputados do centrão e da extrema direita.

4-SINESP denuncia problemas da política pública para a inclusão na RME

O SINESP cobra que a SME solucione os problemas ocasionados pela falta de atendimento adequado na educação inclusiva.

Nesse sentido, o Sindicato denunciou — em audiência pública sobre "desafios e caminhos para a educação inclusiva na rede Pública – políticas, praticas e garantias de direito" — , realizada no dia 17/10 na Câmara Municipal, as condições reais e as imensas dificuldades para a implementação da educação especial na perspectiva da educação inclusiva.

As UEs não contam com suporte em quantidade adequada para melhorar a qualidade do serviço oferecido aos munícipes. Esse gargalo na rede de apoio para crianças e estudantes com deficiência sobrecarrega as equipes das UEs e compromete a aplicação do projeto pedagógico e a realização de atividades e não garante os direitos dos estudantes.

A falta de políticas públicas cria uma situação caótica. É impossível administrar as unidades educacionais sem os recursos necessários. Não é possível garantir ao estudante com deficiência, com mobilidade reduzida, acesso a todos os espaços da unidade, de modo que se entenda que o espaço é currículo.

O SINESP cobra da prefeitura solução urgente para a falta de estrutura nas unidades, para a carência de recursos financeiros, para a falta de estágiários, de AVEs e de formação continuada para o corpo docente.

5-Ensino médio e sua reestruturação

A reestruturação do Ensino Médio é mais um exemplo da política de desmonte da educação pública estatal e se estende à desregulamentação da profissão docente e à precarização do trabalho. Em linhas gerais, o Novo Ensino Médio (NEM) mostrou, por meio de sua aplicação no estado de São Paulo, que é um projeto que não cumpriu suas

promessas — a propagada liberdade de escolha para que os estudantes pudessem cursar os itinerários formativos de sua preferência, por exemplo, mostrou-se uma falácia, já que 60% deles não conseguiram fazer isso e a escolha inicial acabou sendo impositiva, o que é extremamente prejudicial para jovens em idade de busca de referências para a vida profissional.

Instituído pela Lei 13.415/2017, o NEM gerou esvaziamento curricular, aprofundou a exclusão dos estudantes mais vulneráveis e precarizou a docência, sendo amplamente rejeitado pela primeira geração de concluintes, com 81,5% de estudantes insatisfeitos com os componentes curriculares. No município de São Paulo, essa reestruturação envolve a realização de convênio com o Centro Paula Souza para ensino profissionalizante, em mais uma medida privatizante.

A aplicação do NEM desrespeita a autonomia escolar, o Conselho de Escola, os Projetos Políticos Pedagógicos, os profissionais da educação e toda a sociedade. Sua revogação e a troca por um modelo público e estatal, que contemple e respeite as necessidades formativas da juventude, é uma luta necessária.

D. SINESP denuncia ao MP obrigatoriedade de adesão ao SPI

O SINESP apresentou denúncia ao Ministério Público do Estado de São Paulo (MPSP) contra as alterações do Programa São Paulo Integral (SPI) constantes da IN 38/2025, que violam o princípio da gestão democrática ao imporem a adesão ao Programa a todas as escolas.

Denunciou, pelo mesmo motivo, a IN 39/2025, que extingue o módulo sem regência de professores para classes do 6º ao 9º ano participantes do SPI, que causa perda de profissionais nas UEs e piora das condições de trabalho. O MPSP acolheu a denúncia e a juntou a procedimento de fiscalização do SPI realizado pelo Grupo de Atuação Especial de Educação (GEDUC).

Os problemas causados pelas duas INs foram levados à mesa pelo SINESP. A SME mostrou que o autoritarismo tem sido regra nessa administração municipal e manteve as decisões autocráticas. O SINESP está na luta contra os desmandos da PMSP e segue na luta para que não haja perda de nenhum direito!

E. Liminar do SINESP garante apresentação de vagas para remoção

No dia 23/09/2025, o SINESP protocolou Ação Declaratória de Nulidade Parcial de Ato Administrativo, contra a Prefeitura, questionando o item 11.1.2 do Edital de Remoção 2025, que exclui do cálculo de vagas os professores sem regência. Tal exclusão viola a Lei Municipal nº 14.660/2007 e a Instrução Normativa SME nº 27/2024, comprometendo a composição das equipes, a continuidade pedagógica e sobrecarregando gestores escolares. A ação pediu tutela de urgência (liminar) para suspender os efeitos do edital.

O Juízo da Vara da Fazenda Pública de São Paulo acolheu o pedido liminar, entendendo que havia violação ao princípio da legalidade, pois o edital restringia conceito previsto em norma superior. Também reconheceu risco de dano irreparável à gestão escolar e ao serviço público, determinando a suspensão imediata do item 11.1.2 e a inclusão das vagas de módulo sem regência no processo de remoção. Assim, a decisão garantiu provisoriamente que todas as vagas docentes — com e sem regência — fossem consideradas no concurso de remoção.

A Prefeitura Municipal recorreu no dia 17/10/2025 ao Tribunal de Justiça de São Paulo, pedindo efeito suspensivo. No recurso, alegou que o SINESP não representa os professores, mas apenas os gestores, desconsiderando a responsabilidade dos diretores sobre a gestão escolar e embora tenham publicado edital contra Instrução Normativa, alegaram que o edital foi elaborado dentro da competência legal e técnica da Secretaria de Educação. Defendeu, ainda, que a decisão de 1ª instância afeta o planejamento do ano letivo de 2026. O SINESP entrou com contra-argumentação à solicitação da prefeitura e aguarda análise definitiva do Tribunal, que decidirá se mantém ou revoga a liminar concedida.

F. PLP do Descongelamento aguarda inclusão na pauta do senado

O PLP 143/2020, que tem a ele apensado o PLP 21/23, de autoria da filiada do SINESP Deputada Professora Luciene Cavalcante foi aprovado na Câmara dos Deputados depois de anos de trabalho intenso que contou com protagonismo de Dirigentes, Conselheiros e filiados do SINESP. O projeto visa à correção de uma injustiça histórica cometida pela EC 173/20, editada no governo Bolsonaro, que sequestrou dos servidores públicos 583 dias com impacto sobre quinquênios, sextas-partes e equivalentes durante a Pandemia de Covid-19. O documento foi enviado ao Senado em 27/8, por meio do Ofício nº 180/2025/SGM-P. A última atualização de tramitação do texto ocorreu em 30/9 e informa que está "Aguardando inclusão em Ordem do Dia do Requerimento nº 723, de 205, de Líderes, que solicita urgência para a matéria, nos termos dos arts. 336, III, e 338, III, do Regimento Interno do Senado Federal".

No QR-Code você acessa o link para a consulta e os E-mails dos senadores, com uma proposta de texto para ser enviada solicitando a aprovação do PLP.

G. PEC 66 é aprovada pelo Congresso e vira EC 136/2025

A PEC do Calote foi aprovada na Câmara do Deputados e no Senado, dando origem à Emenda Constitucional (EC) nº 136, de 9/9/2025, promulgada pela presidência da República. O SINESP lutou contra essa alteração na lei, porque ela afeta direitos históricos dos servidores públicos.

A EC permite que União, Distrito Federal, estados e municípios parcelem dívidas previdenciárias em até 300 meses (25 anos), aumentando o tempo para que sejam pagas aos beneficiários, impõe limites orçamentários para o pagamento de precatórios e altera, para baixo, a atualização monetária desses títulos devidos pelo Poder Público aos funcionários públicos.

Até 2026, os pagamentos de precatórios previdenciários estarão fora do teto de gastos, mas, a partir de 2027, serão incorporados gradualmente em percentual mínimo de 10% do estoque de precatórios ao ano.

O SINESP fez inúmeras articulações em Brasília para que o texto fosse arquivado e segue na luta contra sua aprovação. O Sindicato solicitou admissão como "amicus curiae" em ação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) que questiona a constitucionalidade da EC e aguarda manifestação a respeito.

H. PL 2614/2024 – Plano Nacional de Educação 2024-2034

O SINESP atua em diversas frentes de luta pela aprovação de um texto que contemple as reivindicações dos educadores e da sociedade para o PNE que definirá os rumos da educação no país nos próximos dez anos.

O substitutivo ao novo Plano Nacional de Educação (PNE), o Projeto de Lei 2614/2024, tramita na câmara dos deputados e o relator já apresentou seu parecer. O PL, que visa a estabelecer as diretrizes, objetivos, metas e estratégias para a educação brasileira na próxima década, embora contenha avanços, é um texto híbrido que traz retrocessos em áreas vitais, sendo o financiamento e a abertura à privatização os pontos de maior alarme.

Um dos problemas do texto está no risco de um profundo desmonte da natureza pública e social da educação por meio de mecanismos que promovem a financeirização, ao deixar as portas abertas para a entrada de instituições privadas, do setor educacional e financeiro, na educação pública e no uso das verbas públicas.

No financiamento, há o avanço de manter a meta de investir 10% do PIB em Educação, vinculado ao Custo Aluno-Qualidade (CAQ), mas é preciso destacar a necessidade de fortalecer o combate ao racismo e mecanismos para garantia de equidade e a gestão democrática, que são frágeis ou ausentes no PL.

Apesar do tom gerencial em algumas propostas, que focam no financiamento racional com base em indicadores que demonstrem a efetividade da aprendizagem, o PNE também busca avançar em diretrizes como a superação das desigualdades regionais e a promoção da cultura da paz e prevenção à violência no ambiente escolar.

No entanto, a ausência da previsão explícita do princípio de não retrocesso em direitos humanos nas revisões de metas previstas para 2030 é apontada como um precedente temeroso.

O texto final, sendo resultado de intensos debates e polarizações, carrega a ameaça de comprometer a gestão democrática e o fortalecimento do sistema público, em detrimento de uma educação pública, gratuita, laica, inclusiva e equitativa, conforme defendido pela sociedade civil. Para corrigir essas distorções é necessária intensa mobilização da sociedade. É nesse sentido que o SINESP está atuando em todas as frentes dessa luta e chama a categoria a participar junto.

I. Ação dos 81%

Uma vitória recente favorece todos os representados pelo SINESP. O Juiz não acolheu recurso da prefeitura, que queria considerar a data da sentença como data corte para cadastro do reajuste de 25,32% no padrão de vencimentos. Fica mantido o que está na sentença, que é o cadastro do reajuste independentemente da data de entrada na prefeitura. Essa decisão foi uma vitória importante que favorece todos os filiados.

Depois da apresentação, no processo judicial, do acórdão que confirma essa importante vitória, o jurídico do SINESP entrou com embargos de declaração questionando pontos do texto.

Em breve o SINESP informará os filiados sobre a abertura do quinto lote para ingresso na ação.

J. Em memória do Dirigente Sindical João Alberto Rodrigues de Souza

O SINESP e os profissionais da gestão educacional da RME perderam, no dia 4 de outubro de 2025, João Alberto Rodrigues de Souza, um de seus mais antigos e destacados dirigentes sindicais.

Em seus 68 anos de vida, João dedicou mais de 30 às lutas dos educadores do ensino público municipal de São Paulo. Foi RELT e CREP quando ocupava o cargo de diretor de escola. Como dirigente sindical, já aprovado no concurso para a supervisão escolar, foi presidente por dois mandatos e exercia a Administração Financeira do Sindicato no mandato atual.

Em sua trajetória, João Alberto foi figura central na construção da história vitoriosa do Sindicato, que tem grandes conquistas para a categoria, como a defesa da Carreira do Magistério e da manutenção do Concurso Público para todos os cargos da educação, sobretudo o de diretor de escola, tantas vezes ameaçado, a conquista do Estatuto do Magistério Municipal, que organiza, mantém e assegura direitos e vantagens aos Educadores, como plano de carreira, concursos públicos de ingresso e acesso, evolução, promoção e progressão funcional e gestão democrática com Conselho Deliberativo, a conquista definitiva na longa batalha judicial pelos 81% tirados da categoria em 1995, com reajuste e pagamento retroativo, entre tantos outras.

João, que também era formado em direito, foi figura central na construção de um departamento jurídico forte e vitorioso no Sindicato. Junto com esse departamento, atual firme e certeiramente na reconquista do direito à Aposentadoria Especial para todos os Gestores Educacionais da PMSP em julgamento no STF.

Sempre foi um incentivador das atuações do SINESP em Brasília e em outros Estados, junto ao MOSAP e ao FESED, contra as reformas da previdência e administativa. Essa determinação foi essencial para fazer com que um sindicato municipal ganhasse projeção nacional e se tornasse referência na defesa do concurso para os gestores educacionais e das pautas da educação e dos servidores públicos.

Foi um dos idealizadores do dossiê que por anos embasou as negociações do Sindicato com a prefeitura, por melhores condições de trabalho e valorização da categoria, baseado em dados colhidos junto à categoria diretamente nas unidades de trabalho.

Esse instrumento deu base à criação da pesquisa qualificada Retrato da Rede, que já há 14 edições fortalece as lutas da categoria por melhorias nas condições de trabalho e valorização salarial e profissional, e que fornece dados para o ISEM, Índice SINESP do Ensino Municipal, que anualmente avalia as políticas educacionais no município de São Paulo.

A história do Retrato da Rede, João gravou no capítulo sobre o tema que escreveu para o livro "Um Sindicato Diretor: registros históricos que a memória alcança", produzido em 2016 por ele e outros autores em comemoração aos primeiros 20 anos do Sindicato.

João dedicou grande parte da sua vida à construção e sedimentação do SINESP, esteve na linha de frente de todas as lutas da categoria na história do SINESP, sempre com uma atuação marcante e destacada. Foi um dirigente essencial, daqueles que fazem muita falta e merecem ser sempre lembrados.







